

PROJETO
MBM

CARTILHA

MUSEU BARÃO DE MAUÁ

UMA ABORDAGEM TEMÁTICA SOBRE:
PROJETO EXECUTIVO DE RESTAURO E
REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO CULTURAL

Proponente:
ENGENHO CULTURAL

Parceria:
LARGO ARQUITETURA

Apoio:
PREFEITURA DE MAUÁ

Financiamento:
PROAC EDITAIS

Edital PROAC nº 49/2022 - Museu Barão de Mauá - Projeto Executivo de
Restauração e Revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural

ANO 2024

APRESENTAÇÃO

Proponente do Edital:

Engenho Cultural

CNPJ: 23.219.056/0001-37

Travessa Doutor Eulálio, 21 (sala 03),

Vila Rezende

Piracicaba - SP

Renata Gava - Historiadora

Rodrigo Santos - Museólogo

Esdras Casarini - Turismólogo

Projeto Executivo:

LARGO Arquitetura

CNPJ: 32.179.819/0001-54

Rua Pedro Chiarini, 122,

Vila Independência

Piracicaba - SP

Arq. Fernanda Armelin

Arq. Leo Rait

Arq. Rafael Lalla

Arq. Thiago Torina

Consultoria Técnica:

Arq. Dr. Haroldo Gallo - UNICAMP

Arq. Dr. Marcos Tognon - UNICAMP

Apoio:

Prefeitura do Município de Mauá/SP

Financiamento:

PROAC EDITAIS

Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas

Governo do Estado de São Paulo

Fotos da capa e contra capa:: Largo Arquitetura / Leo Rait

Diagramação: ECM Consultoria

Conteúdo e pesquisa: Largo Arquitetura / Renata Gava

Agradecimentos:

Equipe do Museu Barão de Mauá, gestores e funcionários da
Secretaria de Cultura e Juventude de Mauá/SP.

CONTEÚDO



A seguir, o conteúdo desta cartilha abordará os conceitos de Casa Bandeirista, do uso da técnica de taipa, bem como algumas referências do restauro proposto pela equipe técnica que elaborou o projeto executivo contemplado no edital PROAC.

S O B R E

O Museu situa-se na Av. Dr. Getúlio Vargas – 276, Vila Guarani, CEP 09310-180, na cidade de Mauá, região metropolitana de São Paulo, capital do Estado de São Paulo.

INTRODUÇÃO

A edificação ocupada pelo Museu Barão de Mauá, é um dos poucos exemplares da “arquitetura tradicional paulista”, localizada na Zona Sudeste da Grande São Paulo.

Essa Casa em tipologia Bandeirista com elementos tardios, ou modernizantes, do século XVIII, pertenceu ao sesmeiro mais antigo do território atual do município de Mauá - coronel Alexandre Barreto de Lima.

Foi “descoberta” pelo arquiteto Carlos Lemos em 1975, sendo tombada pelo CONDEPHAAT no dia 27 de dezembro de 1983.

PATRIMÔNIO

O período da construção do bem edificado, atual Museu Barão de Mauá, é controverso. Na primeira parte do processo de seu tombamento, Heloisa Barbosa da Silva apresenta em um documento de folha de informação, registrada no dia 12 de maio de 1980, a possibilidade de ele ter sido construído em 1817. Essa informação estaria baseada no livro “Mauá... sua história” de Roberto Botacini, publicado no ano de 1979, embora Heloisa da Silva reconheça a falta de fontes seguras na obra para poder afirmar isso de forma sólida:

Ainda segundo a publicação, teria sido construída a casa posteriormente denominada do “Barão de Mauá”; em 1817, talvez já com o nome de Bocaina, a fazenda possuía “algumas plantações e 35 escravos” [...] Todas essas informações constam, como já vimos, de uma publicação comemorativa e de certa maneira, destituída certos cuidados, como por exemplo a bibliografia utilizada e inclusive nome do autor; assim, não pudemos averiguar nenhuma citação (CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, 1975, f. 24- 25).

A ficha do CONDEPHAAT de “Dados básicos para estudo de tombamento” (Ibid., f. 31-33), produzida na sequência, registra as mesmas informações. Após a formalização do tombamento do edifício no dia 27 de dezembro de 1983, foi produzida a “Ficha de Identificação do Bem Tombado”, homologada um dia depois. Nessa ficha é repetido também a data de 1817 no campo de data de construção, mas aparece a data de 1870 no campo de dados históricos e arquitetônicos, talvez por um erro de datilografia (Ibid., f. 116). Em seu livro, Botacini, além de estabelecer a data, citada anteriormente, para a construção do casarão, indica o Capitão Bento Ortiz como o primeiro proprietário da fazenda, depois transferida a seu pai, o Tenente Francisco Barbosa:

No ano de 1817 a fazenda que provavelmente já era conhecida por BOCAINA, do tenente Francisco, se constituía de 35 escravos. E seus vizinhos ainda que muito distantes eram: Ozabel Barbosa de Lima e seu irmão, Capitão João da Rocha, que tinha 39 escravos. Nessa época, naquele casarão nasceu uma criança, que seria futuramente o Capitão João José Barbosa Ortiz, ou seja, aquele que se popularizou num logradouro denominado Rua CAPITÃO JOÃO (1979, p. 22).

A obra Wanderley dos Santos, “Antecedentes históricos do ABC paulista, 1550-1892”, publicada em 1992, indicava as mesmas informações de que o casarão teria sido construído no início do século XIX, entre 1812 e 1817. Suas pesquisas anteriores, em que estes dados eram apresentados, exerceram grande influência em outros livros e materiais que difundiam esse mesmo período para a construção do “Casarão”.

Botacini, citado anteriormente, indicava na sua bibliografia que estaria se baseando em pesquisas realizadas pelo próprio Wanderley dos Santos (1979, p. 86). Também, Ademir Medici em “De Pilar a Mauá”, publicado em 1987, apresenta essas mesmas informações, creditando elas ao mesmo pesquisador (p. 121).

Silvia Ahlers, então diretora da Casa da Cultura e Museu Barão de Mauá, em ofício nº 038/98 de 17 de setembro de 1998, traz à tona novamente para o CONDEPHAAT o problema da fragilidade da datação do imóvel, indicando a possibilidade dele ter sido construído no século XVIII, ou mesmo anterior a esse século, em oposição à data que ficou registrada na “Ficha de Identificação do Bem Tombado”, como referido anteriormente. Ahlers solicita a revisão da datação com base nas características encontradas na arquitetura do bem:

A diretoria da Casa da Cultura e Museu Barão de Mauá, vem através deste, solicitar de V.Sa. a revisão e correção da “Ficha de Identificação do Bem Tombado”, processo nº C0536/75, homologado em 28/12/33 aonde consta como data da construção do imóvel os anos de 1817 e 1870; pedimos a presença e a vistoria de um arquiteto desse órgão, pois acreditamos que a casa foi construída no século XVIII e até anteriormente, devido às provas materiais encontradas: janelas e portas fixadas por meio de gonzo, janelas de desenho retangular e grades de balaústres de seção quadrada, situada a meia encosta nas proximidades do Rio Tamanduateí, possui em um dos cômodos forro de “saia-e-camisa”, e há vestígios de pintura verde nas portas e janelas da época (aceto-arseniato de cobre?). No alpendre da casa o pilar de madeira que sustenta o telhado possui capitel idêntico à Capela do Pilar (Ribeirão Pires - 1720) [...] (CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, 1975, f. 108)

Em 2004, Ahlers concluiu uma pesquisa com o título “A casa que não foi do Barão” que teve início em 1997, tendo o propósito de documentar a sede do Museu Barão de Mauá, investigando a data mais aproximada da construção da casa e seus antigos proprietários.

Até o momento, esse é o estudo que apresentou as fontes mais sólidas sobre os proprietários da antiga fazenda e de outras que formaram a região, problematizando as antigas conclusões no que se refere a datação estabelecida com base no livro de Wanderley dos Santos, também desmistificando a ideia da casa ter pertencido ao Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá.

CASA BANDEI RISTA

Casa do Butantã. Fonte: desenho de Tatiana Cipoli, com base em croquis de Lia Mayumi.



A “casa bandeirista” é um tipo de arquitetura colonial paulista, encontrada em sedes de fazendas que compunham o conjunto rural paulista entre os séculos XVII e XVIII.

Em linhas gerais, essas sedes de fazendas apresentavam técnicas construtivas semelhantes e características congruentes tanto em seu aspecto externo, quanto na própria divisão interna. Em relação a localização das casas bandeiristas encontradas, Benincasa aponta a região da capitania paulista onde elas se fixaram:

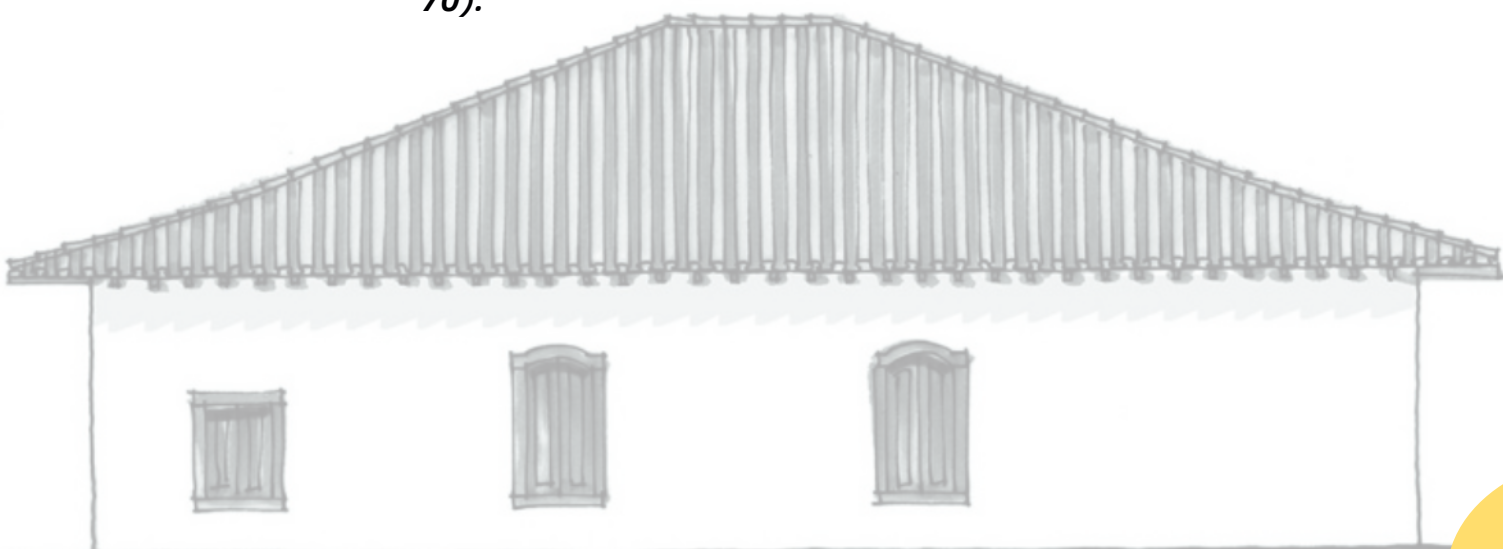


Quase todas elas situavam-se dentro de um círculo de cerca de 100 km ao redor da cidade de São Paulo, ou seja, a área mais densamente ocupada da capitania paulista nesses primeiros dois séculos e meio. Atualmente, muitas encontram-se dentro da área urbana paulistana e, outras, nas cidades de Mauá, São Roque e, alguns exemplares mais recentes, nas cidades de Itu e de Sorocaba (2010, p. 1).

No período da comemoração do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, intelectuais da comissão encarregada pretendiam formular uma visão idealizada da formação do “povo paulista” respondendo os anseios da burguesia paulistana e do governo paulista. Nesse contexto que surge a expressão “Casa Bandeirista” pelo arquiteto Luís Saia:



É nesse período que Luís Saia lavra a expressão “Casa Bandeirista”, em artigo sobre a restauração de uma edificação erguida em taipa de pilão às margens do rio Pinheiros, no bairro do Butantã (SAIA, 1955), transformada em museu dedicado ao morar paulista: a Casa do Bandeirante (SODRÉ, 2005). Essa articulação entre história e patrimônio edificado tem, entretanto, uma origem mais recuada no tempo. Estava criada, assim, a condição amalgamadora que transformou a Casa Bandeirista (termo cunhado em oposição ao termo “bandeirismo”, que diz respeito ao bandeirante propriamente dito na morada do herói paulista, alargador de fronteiras, sustentáculo ideológico da modernidade, soberbamente talhado no Monumento às Bandeiras de Vitor Brecheret às portas do Parque Ibirapuera (ZANETTINI, 2005, p. 70).

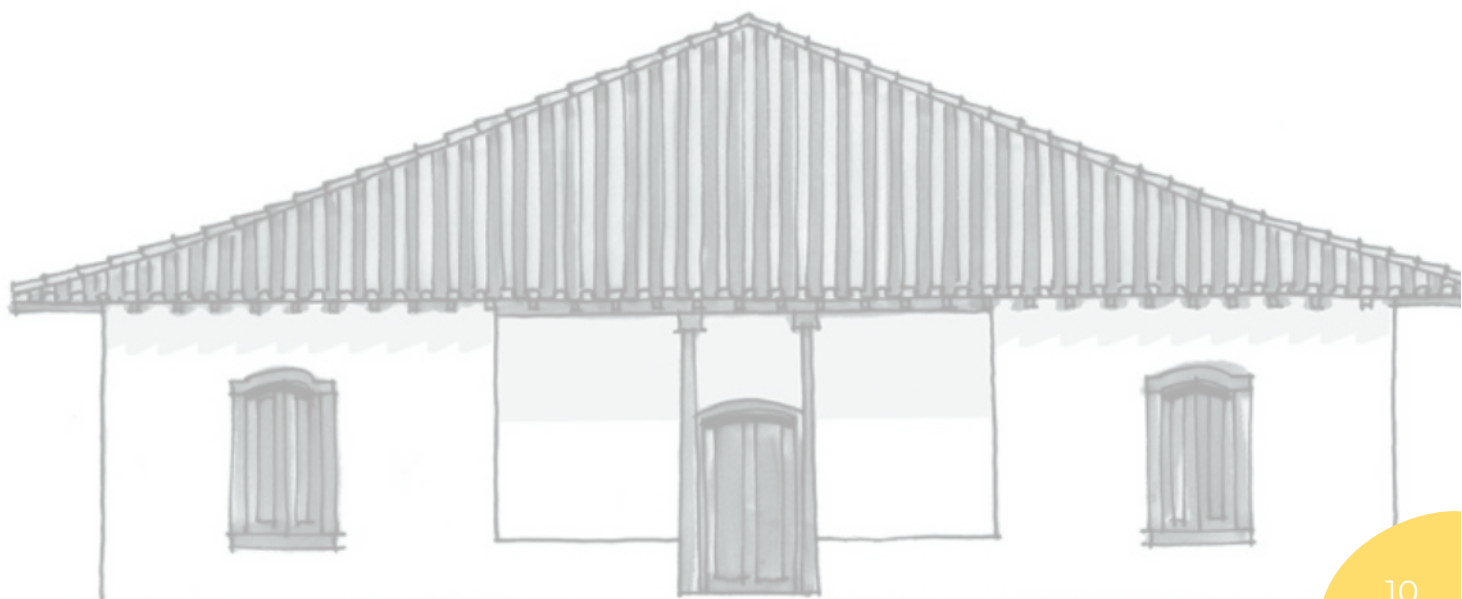


Na definição de “Casa bandeirista”, Saia estabeleceu uma classificação entre modelos “puros” e “tardios”. As edificações construídas no século XVII teriam todas as características básicas que a definiriam como “bandeirista”, enquanto as que foram edificadas no século XVIII, modelos tardios, no sentido de que quanto mais distante do século XVII, mais diluído. Possivelmente em razão de mudanças econômicas:



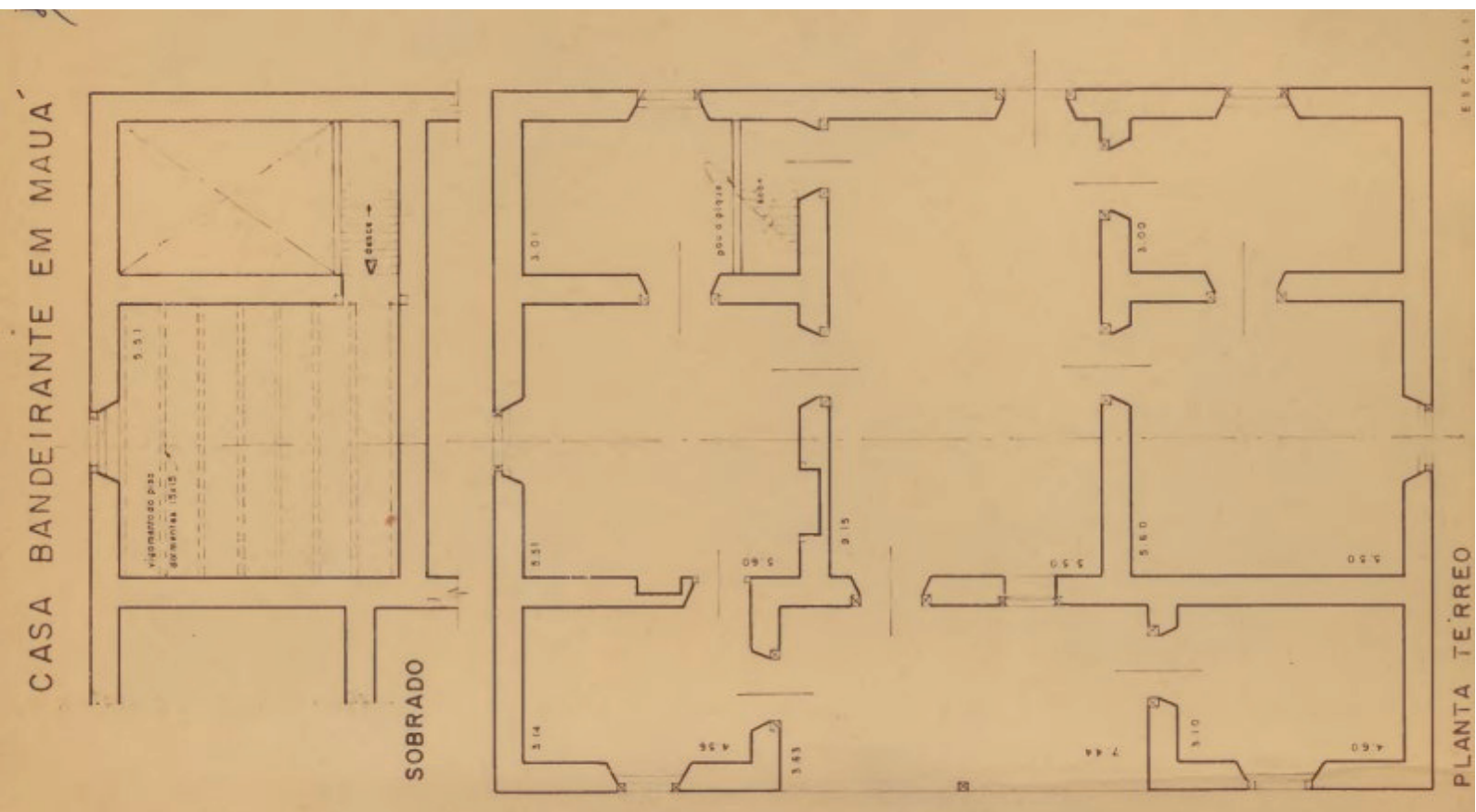
É sobretudo na aliança das paredes de taipa com o telhado de quatro águas que reside a característica mais firme desta arquitetura. Aliança que se manteve rígida enquanto durou o prestígio daquele tipo de colono. E se esfacelou quando a descoberta do ouro veio destruir o prestígio dos paulistas. Mais tarde, mesmo rico e poderoso, nunca mais pôde o fazendeiro restabelecer o mesmo esquema social (...). Terá usado, também, a construção de taipa, mas (...) sem aquela limpeza construtiva do século XVII. Em geral se perde em acréscimos, telhados suplementares (1728 apud MAYUMI, 2014, p.98).

O modelo “puro” era formado por uma porta central, com varanda entre dois cômodos frontais (na dinâmica interna da casa existiria uma separação entre a família e alpendre, também o desenvolvimento da família se daria ao redor de uma sala), planta na forma de um retângulo, paredes de taipa¹, telhado em quatro águas, forro com compartimentos no forro dos quartos. O arquiteto Julio Katinsky também ofereceu contribuições significativas nesse campo, trazendo novos elementos para entendermos com mais profundidade a “casa bandeirista”.



PROJETO MBM

Dentre elas, o caráter anônimo dos artífices e arquitetos da obra – o que nos ajuda a entender a ausência de informações sobre isso, em relação a “Casa do Barão de Mauá” – a implantação da casa não teria um tipo ideal de paisagem, mas a sua escolha se daria em lugares que permitissem a maximização do cumprimento das suas necessidades programáticas; boa parte dos modelos encontrados teriam as suas fachadas voltadas para o norte, buscando uma fuga para os ventos que viriam do sul sudoeste; uma grande sala com compartimentos distribuídos no seu entorno, contendo espaços internos distantes dos padrões europeus e associados aos modos comunais indígenas; ausência de cozinha interna – as refeições eram preparados no fundo das habitações – e semelhante a definição anterior de Saia, uma faixa que faz fronteira com capela, varanda e quarto de hóspedes (1976 apud ZANETTINI, 2005, p. 79).



Planta da “Casa do Barão de Mauá”. Fonte: CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, 1975, f. 4.

¹A técnica construtiva da taipa de pilão, com uma possível origem árabe, foi muito utilizada até o século XIX, sendo uma das marcas das casas bandeiristas. A parede de taipa de pilão era feita com barro relativamente úmido, misturado a fibras vegetais. Após a mistura, a massa resultante é pilada entre pranchas de madeira, depois de seca estas placas são retiradas, resultando em uma parede espessa e resistente (BENINCASA, 2010, p. 8).

Cabe ao engenheiro-arquiteto Luís Saia (1911-1975) - de início, assistente técnico de Mário de Andrade - desenvolver a pesquisa acerca das casas bandeiristas. O que faz, primeiramente, no artigo “Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século”. A arquiteta Lia Mayumi sintetiza as características comuns às casas rurais de São Paulo, apresentadas por Luís Saia:



a planta retangular; paredes de taipa de pilão; telhado de quatro águas e coberturas com telhas de canal; implantação sobre plataforma natural ou artificial, à meia encosta, nas proximidades de um riacho; planta organizada em três faixas – social, familiar, de serviço, a partir da fachada principal; depósito ou sobrado, aproveitando a acentuada inclinação do telhado; alpendre encravado na fachada principal, entre dois cômodos onde funcionariam uma capela e um dormitório para hóspedes².

A nomenclatura “casa bandeirista” aparece no segundo artigo de Saia, denominado “A Casa Bandeirista - uma Interpretação”. O texto é publicado em 1955, sobre a Casa do Butantã, cuja restauração é feita no ano anterior por ocasião das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

Há de se anotar que, no período dos bandeirantes, a sociedade é mestiça: portugueses colonizadores e índios casam entre si, reúnem e mesclam línguas e hábitos. Isso influencia a conformação da casa – uma combinação do espaço da oca indígena com a concepção construtiva de moradias europeias³, como pontua o arquiteto Julio Roberto Katinsky (1932). Outros autores, como Luís Saia e o arquiteto e historiador Carlos Lemos (1925), aventam a possibilidade de a configuração da planta das casas bandeiristas ser influenciada pelas vilas do arquiteto italiano Andrea Palladio (1508-1580). Por sua vez, a crítica de arte Aracy Amaral (1930) sugere influência espanhola nessas casas, por conta de argumentos históricos da ocupação por colonos ibéricos e de características análogas de construções dos mesmos séculos na América espanhola.

2 MAYUMI, Lia, op. cit., p.30.

3 KATINSKY, Julio Roberto. Casas bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

SAIA, Luís. “Roteiro dos monumentos históricos e artísticos de São Paulo”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá/Bertioga, São Paulo, n. 11, 1978.

LEMONS, Carlos A. C. Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 1999. p.47.

AMARAL, Aracy. A hispanidade em São Paulo. São Paulo: Nobel, 1981.

Devido ao pouco que perdura das casas bandeiristas, é difícil apreender a constituição física delas na integridade. A partir da leitura da documentação da época colonial, Carlos Lemos⁷ caracteriza-as da seguinte forma:

A casa bandeirista da roça era uma casa pulverizada, toda fraccionada em inúmeras construções-satélites do núcleo familiar, cada qual com sua espacialidade. Um partido “aberto”. Ao lado da casa principal de moradia propriamente dita, como os documentos descrevem com minúcias, ficavam o telheiro da cozinha geral; os quartos para agasalho dos criados subalternos dos hóspedes importantes, sobretudo tropeiros e arrieiros; os depósitos de gêneros, os paióis, o moinho de trigo ou milho, a casa de fazer farinha, [...] o galinheiro, o curral de tirar leite, a moenda de fazer garapa para a rapadura e para a cachaça e o pomar cheio de “árvores de espinho” [cítricos em geral], de bananeiras, marmeleiros e parreiras. Tudo isso protegido por valados, por cercas de madeira ou por muros de taipa. E não nos esqueçamos das casas dos “negros”, como eram chamados os índios escravizados ou “administrados”. [...] Deviam ser construções extremamente rústicas. A palavra senzala aparece raramente, e assim mesmo só no século XVIII. Essa fragmentação em esparsas edículas à volta da casa está mais para a sistemática indígena do que para a tradição europeia, ou melhor, ibérica.

Essa fragmentada casa descrita acima é o alicerce de uma sociedade baseada na produção agrícola. As grandes distâncias separando as casas justificam-se por uma espécie de pacto comunitário entre os bandeirantes: viajantes que desbravam as matas nativas, encontrando pouso e acolhimento com os moradores das casas bandeiristas.

7 LEMOS, Carlos A. C., op. cit., p. 29.

TAIPA

Segundo Pisani¹ (2014), o termo taipa, genericamente empregado, significa a utilização de solo, argila ou terra como matéria-prima básica de construção. A origem, provavelmente árabe do vocábulo, entrou para a língua portuguesa por influência mourisca.

A Taipa de pilão é uma técnica construtiva vernacular à cultura brasileira. Técnica que consiste basicamente na compressão (apiloamento) de um volume de terra dentro de uma forma (taipal), resultando em espessas paredes. Devido a densidade do material, o conjunto de paredes de taipa cria uma grande inércia térmica em seus ambientes, criando uma melhor situação de conforto térmico para as elevadas temperaturas tropicais do País; contudo, é um material que trabalha principalmente aos esforços de compressão, sendo especialmente frágil aos momentos de flexão, incapaz de vencer vãos sem a adição de outros materiais.

Para vencer os vãos causados nos recortes de portas e janelas, comumente eram usadas vigas de madeira, chamadas de Verga, normalmente ultrapassando 50 centímetros na distância de cada lateral de uma abertura, a fim de conter o peso das paredes de taipa que continuavam sobre tais. Diante da aparente estabilidade da taipa do Museu Barão de Mauá, as atenções foram redobradas sobre o estado de deterioração dessas vergas que, na maioria das vezes, sofrem com ataques de insetos xilófagos e conseqüentemente com a perda de matéria, podendo gerar a instabilidade necessária para levar ao colapso a estrutura apoiada sobre ela.

¹ Pisani, Maria Augusta. TAIPAS: A ARQUITETURA DE TERRA
Revista Sinergia, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 09-15, jan./jun. 2004. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/271829655_TAIPAS_A_ARQUITETURA_DE_TERRA.
Acesso em 23 de abril de 2024.

TAIPA

Ainda segundo Pisani, as referências do uso das taipas em Portugal, por exemplo, são registradas pelos escritores desde a presença romana e traduz sempre o uso da terra como o componente mais importante. A região de Portugal que mais utilizou a taipa é a do Algarve.

Já na França, o processo construtivo que utilizou terra é conhecido como "maçonnerie de pisé" ou "pisé" ou "terre pisé" que se assemelha à taipa de pilão e uma outra técnica que emprega solo e palha seca é denominada de "torchis" e resiste mais a rachaduras por conter uma trama que dá maior resistência contra movimentações



No restauro de edifícios em Taipa, o conhecimento sobre a técnica construtiva deve ser criterioso: Identificar os agentes e as causas do processo de degradação garantirá a qualidade da ação.

O MUSEU

As dependências da casa abrigam o Museu Barão de Mauá. O principal compromisso do museu é a manutenção da memória e pesquisa histórica do município de Mauá e sua divulgação para o público. Possui um acervo de cerca de 10 mil itens que inclui objetos e utensílios de uso doméstico, ferramentas de trabalho, documentos gráficos, fotografias, audiovisuais e peças etnográficas.

O acervo conta com livros e documentos arquivísticos sobre arte, e referentes, sobretudo, à História de Mauá e do ABC Paulista. Em suas instalações, realizam-se exposições periódicas relacionadas aos mais diversos temas, embora com ênfase na trajetória histórica, social e cultural do município. Também são realizadas exposições de longa duração, como a exposição “Estação Saudade”, que reúne objetos e utensílios do século XX, desconhecidos pelo público jovem e a exposição “A Arte e o Trabalho da Porcelana em Mauá”, que apresenta peças de todas as fábricas que produziam louças, cerâmicas e porcelanas na cidade, considerada a capital da porcelana fina do Brasil, demonstrando a evolução dessa técnica desde o início do século XX.

Também contempla exposições itinerantes, que dão apoio aos temas desenvolvidos nas escolas e fazem com que o Museu saia de seu espaço convencional. São coleções de fotografias ampliadas sobre o Centro da Cidade, Bairros, As Fábricas de Porcelanas em Mauá, O Trabalho na Cidade, O Rio Tamanduateí, Patrimônios Culturais da Cidade, entre outros.

NECESSI DADES

A partir do uso destinado ao espaço, em reuniões realizadas com representantes da Secretaria de Cultura e representantes da administração do Museu, foi elaborado um programa básico de necessidades para reger a distribuição dos ambientes.

A proposta desse programa entende que a casa se faz objeto integrante do próprio acervo do museu. Além de sua materialidade valorosa enquanto técnica construtiva, manufaturas e materiais é símbolo intrínseco e perene da valoração cultural do patrimônio paulista. Em função disso, seu ambiente interno será utilizado apenas para abrigar os programas expográficos, permanentes ou transitórios, além de uma chapelaria.

Para acomodar os espaços administrativos do museu, sua reserva técnica e apoio aos funcionários e visitantes, foram projetados três anexos em linguagem estética contemporânea, garantindo a distinguibilidade do bem cultural pela distribuição dos usos e forma. Na área externa, ao redor da casa, níveis de pavimentos e ajardinamentos se fundem propondo espaços de permanência para grupos de visitantes, palco de eventos culturais de pequeno porte e contemplação para transeuntes e pedestres.

Proposta de Restauro da Casa

O monumento é inseparável da história que testemunha ao longo do tempo e do meio que se situa, por isso, os meios de conservação e restauro devem salvaguardar tanto a materialidade do bem, quanto seu testemunho histórico. Os debates em como preservar e intervir nas edificações de interesse cultural sempre foram latentes, a dúvida de como harmonizar os vestígios do passado nos possibilita diferentes metodologias e processos. No caso da casa Bandeirista de Mauá, compreendemos que os processos de transformação do edifício colaboraram diretamente para sua relação com o entorno

As contribuições válidas de todas as épocas para a construção de um monumento devem ser respeitadas, dado que a unidade de estilo não é o objetivo que se pretende alcançar nos trabalhos de restauro. Quando um edifício apresente uma sobreposição de trabalhos realizados em épocas diferentes, a eliminação de algum desses trabalhos posteriores apenas poderá ser justificada em circunstâncias excepcionais, quando o que for removido seja de pouco interesse e aquilo que se pretenda pôr a descoberto tenha grande valor histórico, arqueológico ou estético e o seu estado de conservação seja suficientemente bom para justificar uma ação desse tipo. A avaliação da importância dos elementos envolvidos e a decisão sobre o que pode ser destruído não podem depender apenas do coordenador dos trabalhos. (Art. 11 CARTA DE VENEZA 1964)

A postura geral adotada como metodologia, compreende que esses diferentes processos ao qual o edifício passou devem ser analisados especificamente e o conjunto de soluções deve garantir, não somente uma harmonia de estilo, mas também a perpetuidade dos estratos temporais significativos. Os processos de restauro e intervenção, quando necessários, buscam identificar as ações por meio da distinguibilidade com o estrato histórico, além da reversibilidade das ações. Quando a perda material do estrato foi considerada significativa, a ação passa a evidenciar a essência da materialidade histórica, sem remover os testemunhos. Foram consideradas as reposições de elementos desmembrados e retirada de acréscimos espúrios. As decisões buscam novos aspectos em relação à significação cultural do bem, baseadas no conjunto de testemunhos disponíveis, materiais e documentais, foram encerradas quando prevaleceria a hipótese. Tal decisão resultou em manter os remanescentes e restaurar o edifício à partir de sua conservação e materialidade preservada.

PROJETO MBM

Acesse o QR code e veja os
detalhes do projeto

*A seguir, algumas
imagens das propostas
de readequação do
espaço expositivo e
área externa do Museu:*

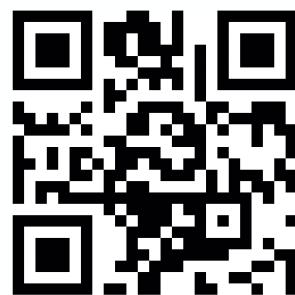




Imagem: Largo Arquitetura



Imagem: Largo Arquitetura



Imagem: Largo Arquitetura



Imagem: Largo Arquitetura



Imagem: Largo Arquitetura



Imagem: Largo Arquitetura

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Aracy. A hispanidade em São Paulo. São Paulo: Nobel, 1981.
- BENINCASA, Vladimir. As casas de fazendas paulistas. ComCiência, n. 122, 2010.
- BOTACINI, Roberto. Mauá... sua história. Ribeirão Pires, SP: Combrig, 1979.
- CASA Bandeirista. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra69893/casa-bandeirista>. Acesso em: 21 de abril de 2024. Verbetes da Enciclopédia.
- CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de tombamento nº 00536/75. São Paulo, 1975.
- DOS SANTOS, Wanderley; MÉDICI, Ademir. Antecedentes históricos do ABC paulista, 1550-1892. Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Departamento de Cultura, 1992.
- ICOMOS. Carta de Veneza. Veneza: 1964.
- KATINSKI, Julio Roberto. Casas Bandeiristas nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo. São Paulo, 1992.
- LEMOS, Carlos A. C. Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1999.
- LEMOS, Carlos A. C. Projeto de Restauo da Casa de Cultura e Museu Barão de Mauá. Pasta 03: Inventário de Portas e Janelas. Prefeitura Municipal de Mauá. Mauá, 2000.
- MAYUMI, Lia. Luís Saia, um pioneiro na restauração de casas bandeiristas. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), n. 18-19, p. 95- Projeto Executivo de Restauo e Revitalização do Patrimônio Histórico Cultural Museu Barão de Mauá 230 122, 2014.
- MAYUMI, Lia. Taipa, canela-preta e concreto. Romano Guerra editora. São Paulo. 2008.
- PISANI, Maria Augusta. TAI PAS: A ARQUITETURA DE TERRA. Revista Sinergia, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 09-15, jan.jun. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271829655_TAI PAS_A_ARQUITETURA_DE_TERRA. Acesso em 23 de abril de 2024.
- SAIA, Luiz. A casa Bandeirista (uma interpretação). São Paulo. 1955.
- ZANETTINI, Paulo E. Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista. São Paulo. 2005.

ENGENHO CULTURAL



www.engenhocultural.com



contato@engenhocultural.com



(19) 3413-0641



Travessa Dr. Eulálio, 23, sala 03
Piracicaba - SP

PROJETO MBM

Acesse o site do projeto e saiba mais:
www.projetombm.com.br

Edital PROAC nº 49/2022 - Museu Barão de Mauá - Projeto Executivo de
Restauro e Revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural

LARGO
ARQUITETURA

Engenho Cultural
consultoria e assessoria museus • patrimônio • cultura

PROAC
SP

CULT
SP

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
Secretaria da
Cultura, Economia
e Indústria Criativas